

Título do capítulo	CAPÍTULO 19 – RETRATO DOS RENDIMENTOS E HORAS TRABALHADAS DURANTE A PANDEMIA – RESULTADOS DA PNAD CONTÍNUA DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2021
Autores(as)	Sandro Sacchet de Carvalho
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4/capitulo19
Título do livro	IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO E NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL
Organizador(es)	Sandro Pereira Silva Carlos Henrique Corseuil Joana Simões Costa
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	-
ISBN	978-65-5635-042-4
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

RETRATO DOS RENDIMENTOS E HORAS TRABALHADAS DURANTE A PANDEMIA – RESULTADOS DA PNAD CONTÍNUA DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2021^{1,2}

Sandro Sacchet de Carvalho³

1 RENDA MÉDIA E MASSA SALARIAL

A pandemia de covid-19 causou profundos impactos no mercado de trabalho, especialmente no nível de ocupação, mas afetou também os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles que permaneceram ocupados. Os impactos imediatos sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial, foram analisados com os dados da PNAD Covid-19,⁴ que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também foi observado na PNAD Contínua, levando a que se deva considerar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo de 2020 e 2021.

Os dados do terceiro trimestre de 2021 confirmam que a reaproximação da renda efetiva em relação à habitual já se encontra completa, restando apenas pequenas diferenças entre os trabalhadores informais. Contudo, visto que, na comparação interanual da renda, estamos comparando com o pior período relativo ao mercado de trabalho durante a pandemia (segundo e terceiro trimestres de 2020), ainda é necessário um olhar atento para a renda efetiva e habitual, bem como para o ano de 2019 (pré-pandemia), para captar corretamente a atual conjuntura da renda do trabalho.

1. Originalmente publicado como: Carvalho, S. S. de. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. *Carta de Conjuntura*, n. 52, nota de conjuntura 25, 16 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3xpteOC>>.

2. Esta edição da análise dos rendimentos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua utiliza os novos pesos para a expansão da amostra disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal reponderação visa mitigar distorções geradas pela dificuldade encontrada pelo IBGE de introduzir novos domicílios na amostra em 2020.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea). *E-mail*: <sandro.carvalho@ipea.gov.br>.

4. Ver, por exemplo: <<https://bit.ly/3zhX08R>>, <<https://bit.ly/3Q9AKF7>>, <<https://bit.ly/3eSyODu>> e <<https://bit.ly/3Jigqql>>.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 11,1% no terceiro trimestre de 2021, em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que se iniciou no trimestre terminado em abril. Contudo, tal movimento ainda é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia, quando os rendimentos habituais apresentaram um aumento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre, mas, ainda assim, apresentando um crescimento de 2,5% no quarto trimestre de 2020.

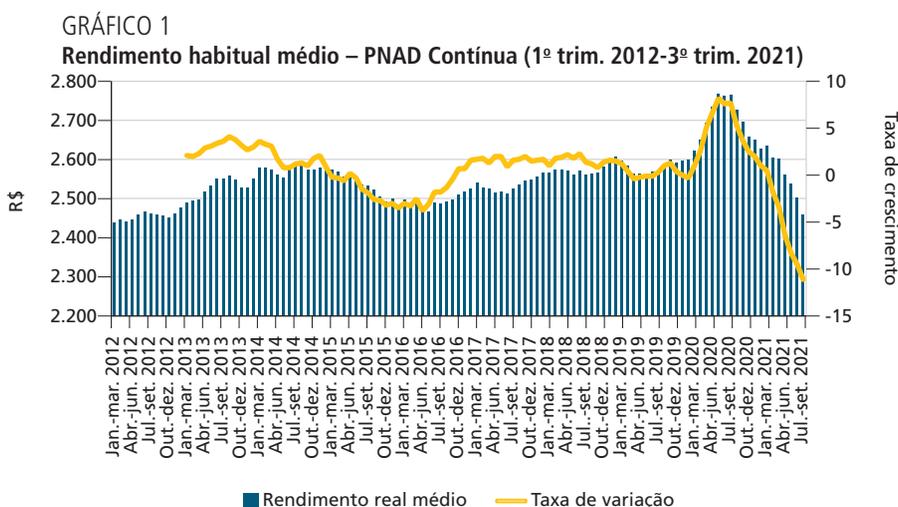
Tal resultado foi gerado por um efeito composição advindo de duas fontes. Primeiro, essa elevação da renda habitual média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas piores remuneradas, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se ter em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. Ademais, na medida em que tais impactos não são aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.⁵

Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho,⁶ o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$ 2.769 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.459 no terceiro trimestre de 2021, como mostra o gráfico 1. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho – contudo, há uma deterioração da renda em comparação com o segundo trimestre de 2021. Se, na comparação com o segundo trimestre de 2019, portanto antes da pandemia, os rendimentos habituais caíram 0,1% no segundo trimestre de 2021, no terceiro trimestre deste ano, a renda é 4,3% menor que dois anos atrás.

5. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<https://bit.ly/3OUIM4x>>.

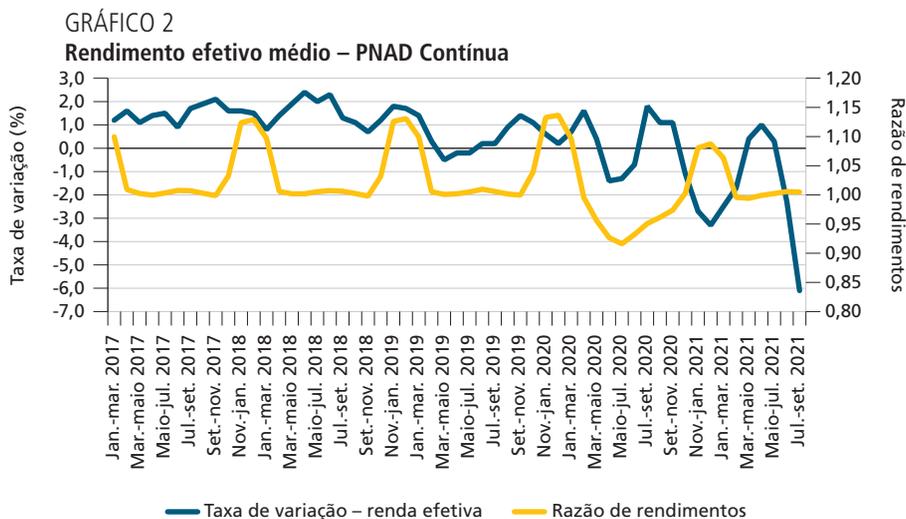
6. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho estão disponíveis em: <<https://bit.ly/3PSJHmg>>.

A piora da renda no terceiro trimestre de 2021 é confirmada pela análise da renda efetiva. No gráfico 2, mostra-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e o segundo trimestre de 2021. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril de 2020, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. O crescimento interanual da renda efetiva aumentou 1% ao fim do segundo trimestre de 2021. Porém, no terceiro trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 6,1% em comparação com o mesmo trimestre de 2020. Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, a renda efetiva teve uma queda de 4,3%, sinalizando que a atual diminuição dos rendimentos não pode ser considerada apenas um efeito do retorno dos trabalhadores de menor renda à ocupação.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Como mostra também o gráfico 2, a partir do trimestre terminado em abril de 2021, a renda efetiva sempre alcançou, em média, 99% da renda habitual, sinalizando que o descolamento entre as séries parece ter chegado ao fim no segundo trimestre de 2021, o que se confirmou no terceiro trimestre desse ano.



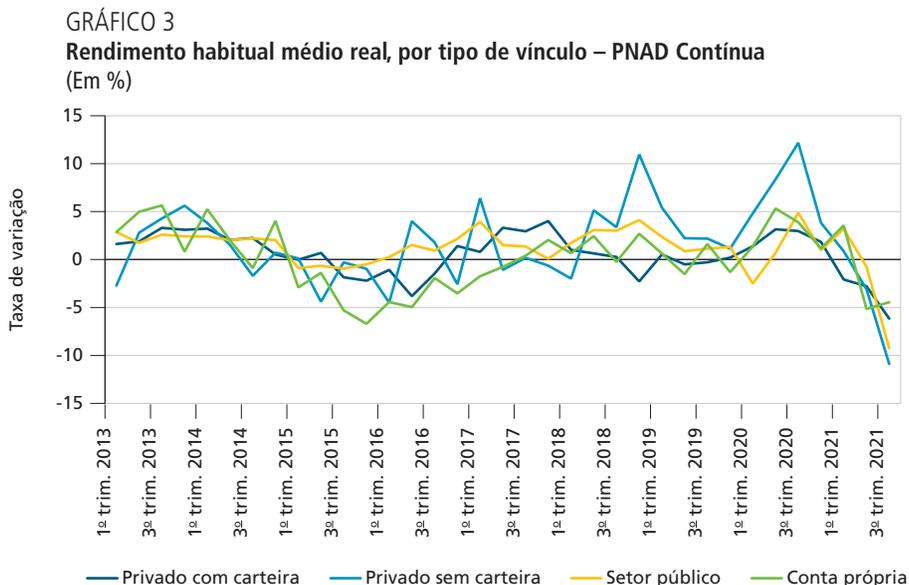
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Evidências adicionais do fenômeno analisado anteriormente são apresentadas no gráfico 3. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo em que a população ocupada cresceu durante esse período. Destacam-se os trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de até 15,5% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguido em menor medida pelos trabalhadores privados com carteira.

Esse padrão reforça a noção de que, no início da pandemia, os trabalhadores mais vulneráveis se ausentaram do mercado de trabalho, causando, por meio do efeito composição, o forte aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. Todavia, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram os de que a renda habitual apresentou queda no início da pandemia e, posteriormente, menor crescimento.

Contudo, o crescimento da renda habitual ao longo de 2021 mostra novamente o reverso do que fora observado em 2020, após o início da pandemia, havendo uma queda crescente da renda habitual para todos os tipos de vínculo. Os trabalhadores sem carteira e por conta própria fecharam o terceiro trimestre de 2021 com quedas de 10,9% e 4,5%, respectivamente. Os trabalhadores privados com carteira tiveram uma queda na renda habitual de 6,2%, e os do setor público, de 9,3%.



Fonte: PNAD Contínua/BGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 1, mostra-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual, bem como a razão de rendimentos para 2020 até o terceiro trimestre de 2021. Conforme o que os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto, para esses trabalhadores, a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, mostrando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. Com isso, conforme indica o painel C da tabela 1, os trabalhadores por conta própria receberam somente 77,0% do habitual, sendo que recebiam ainda 95,0% no terceiro trimestre de 2021, valor que é próximo ao que foi observado nos primeiros trimestre de 2020 e 2019 (96,0%). Por sua vez, os trabalhadores privados sem carteira mostraram uma queda de 4,0% da renda efetiva no terceiro trimestre de 2021, enquanto, para os ocupados no setor público, a queda foi de 7,3%.

TABELA 1

Taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos, por tipo de vínculo – PNAD Contínua (1º trim. 2020-3º trim. 2021)
(Em %)

	Privado com carteira	Privado sem carteira	Setor público	Conta própria
Painel A: crescimento interanual da renda habitual				
1ª trim. 2020	1,4	4,8	-2,5	1,4
2ª trim. 2020	3,2	8,4	0,7	5,3
3ª trim. 2020	3,0	12,2	4,9	3,9
4ª trim. 2020	1,8	3,8	1,0	1,2
1ª trim. 2021	-2,1	0,9	3,2	3,6
2ª trim. 2021	-2,8	-3,1	-0,8	-5,2
3ª trim. 2021	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5
Painel B: crescimento interanual da renda efetiva				
1ª trim. 2020	0,4	5,3	-1,7	1,5
2ª trim. 2020	0,4	-2,0	0,1	-16,6
3ª trim. 2020	0,4	3,8	3,2	-10,2
4ª trim. 2020	-1,3	1,5	-0,4	-5,9
1ª trim. 2021	-5,3	-1,2	0,4	0,5
2ª trim. 2021	0,3	6,2	0,6	17,3
3ª trim. 2021	-3,2	-4,0	-7,3	8,6
Painel C: razão de rendimentos				
1ª trim. 2020	1,19	1,00	1,17	0,96
2ª trim. 2020	1,00	0,88	1,01	0,77
3ª trim. 2020	1,00	0,90	1,03	0,84
4ª trim. 2020	1,06	0,96	1,05	0,90
1ª trim. 2021	1,15	0,98	1,14	0,93
2ª trim. 2021	1,03	0,96	1,03	0,95
3ª trim. 2021	1,03	0,97	1,05	0,95

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que o padrão já observado também é notado independentemente do grupo analisado, conforme detalha a tabela 2, que mostra o crescimento interanual dos rendimentos médios efetivos e habituais em 2020 e no primeiro trimestre de 2021 para diferentes grupos demográficos. De forma geral, os rendimentos habituais cresceram consideravelmente nos segundo e terceiro trimestres de 2020, e apresentaram uma queda nos mesmos trimestres de 2021. Em contraste, os rendimentos efetivos registraram quedas quase generalizadas após o primeiro trimestre de 2020, tendo

ainda apresentado, em muitos casos, uma deterioração no quarto trimestre e no primeiro trimestre de 2021. No segundo trimestre de 2021, temos um aumento da renda efetiva para a maior parte dos grupos, porém observa-se uma nova queda no terceiro trimestre.

Em termos regionais, a renda efetiva manteve-se em queda constante após o primeiro trimestre de 2020 no Nordeste, indicando ter sido a região com a renda mais afetada pela pandemia. O Centro-Oeste e o Sul mostraram uma recuperação após uma maior queda no início da pandemia no segundo trimestre de 2020, e apenas uma pequena queda no início de 2021, além de apresentarem quedas da renda efetiva no último trimestre observado de 4,5% e 3,3% respectivamente. A região Sudeste, por sua vez, sofreu a maior redução da renda efetiva no terceiro trimestre de 2021, com uma queda de quase 8%. A região Norte, que manteve crescimento da renda efetiva ao longo do ano anterior inteiro, mostrou quedas durante todos trimestres de 2021.

O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres se recuperaram de forma mais rápida e que o grupo delas foi um dos únicos a mostrar crescimento da renda efetiva no primeiro trimestre de 2021 (0,2%), enquanto os homens apresentaram uma queda de 4,5% no mesmo trimestre. No terceiro trimestre, porém, a queda da renda efetiva entre as mulheres foi superior à dos homens (6,3% contra 5,7%).

O detalhamento por idade indica que a renda dos jovens adultos (de 25 a 39 anos) foi a mais atingida pela pandemia, com queda nos seus rendimentos efetivos reais médios após o primeiro trimestre do ano anterior, alcançando uma queda de 2% no segundo trimestre de 2021 e 4,6% no terceiro. Destaca-se, ainda, o resultado dos rendimentos dos ocupados com 60 anos ou mais, que apresentaram uma queda de quase 9% no terceiro trimestre de 2021. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, no terceiro trimestre de 2021, as quedas da renda efetiva foram generalizadas, exceto entre aqueles com ensino fundamental incompleto, tendo sido mais intensas entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade.

TABELA 2
Crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo – PNAD Contínua (2º trim. 2020-3º trim. 2021)
 (Em %)

	Renda habitual						Renda efetiva					
	2º trim. 2020	3º trim. 2020	4º trim. 2020	1º trim. 2021	2º trim. 2021	3º trim. 2021	2º trim. 2020	3º trim. 2020	4º trim. 2020	1º trim. 2021	2º trim. 2021	3º trim. 2021
Centro-Oeste	1,9	5,8	1,8	1,2	-2,0	-8,2	-3,8	2,2	0,4	-0,8	3,5	-4,5
Nordeste	6,8	4,9	-0,3	-3,3	-9,0	-9,3	-1,4	-1,1	-2,2	-7,5	-2,6	-3,7
Norte	12,2	4,0	1,8	2,7	-10,3	-4,3	5,2	0,6	0,8	-3,4	-4,3	-1,7
Sudeste	7,6	10,0	3,4	-0,1	-6,7	-13,2	-1,8	3,3	-1,6	-1,9	1,5	-7,9
Sul	3,0	4,3	3,4	4,3	-3,2	-8,5	-2,6	-1,3	0,7	-0,8	4,2	-3,3
Masculino	6,1	5,8	1,2	-0,9	-6,8	-10,7	-1,6	0,0	-2,5	-4,5	0,7	-5,7
Feminino	6,9	9,7	4,0	2,2	-5,7	-11,4	-1,7	3,8	0,7	0,2	1,3	-6,3
14 a 24 anos	6,0	6,1	0,9	-0,5	0,7	-2,5	0,5	1,7	-2,5	-2,9	7,2	1,8
25 a 39 anos	5,4	3,7	-0,9	-3,4	-7,7	-8,7	-1,2	-1,3	-3,4	-6,8	-2,0	-4,6
40 a 59 anos	4,6	7,6	3,4	1,3	-5,0	-12,1	-4,2	1,7	-0,4	-1,7	3,8	-6,8
60 anos ou mais	10,4	17,1	5,8	8,2	-8,3	-17,7	-1,5	5,8	-1,6	6,6	0,3	-8,9
Não chefe de família	5,5	6,3	0,5	-0,9	-8,0	-10,4	-1,3	0,9	-2,6	-4,1	-2,1	-5,8
Chefe de família	7,2	8,3	3,7	1,2	-4,9	-11,2	-1,8	2,0	-0,2	-1,7	3,8	-5,7
Fundamental incompleto	3,6	4,0	1,8	-2,0	-4,2	-4,2	-6,2	-2,4	-1,9	-6,3	8,5	1,8
Fundamental completo	3,9	3,6	1,0	2,1	-7,8	-6,9	-7,1	-2,4	-2,7	-5,6	1,9	-1,7
Médio incompleto	4,6	3,5	-1,3	-0,9	-7,7	-7,4	-4,9	-2,6	-5,1	-5,1	2,5	-1,7
Médio completo	1,5	0,8	-3,7	-4,7	-7,7	-8,2	-7,2	-4,8	-7,3	-8,0	0,2	-3,7
Superior	0,6	1,8	-3,8	-3,5	-5,3	-10,2	-6,1	-3,8	-7,0	-5,9	0,6	-4,7
Não região metropolitana	6,3	7,7	4,1	1,1	-5,8	-10,3	-1,3	3,3	1,1	-2,6	1,7	-6,6
Região metropolitana	7,7	8,2	1,7	0,2	-7,5	-12,1	-0,8	0,9	-2,3	-2,3	-0,3	-5,9

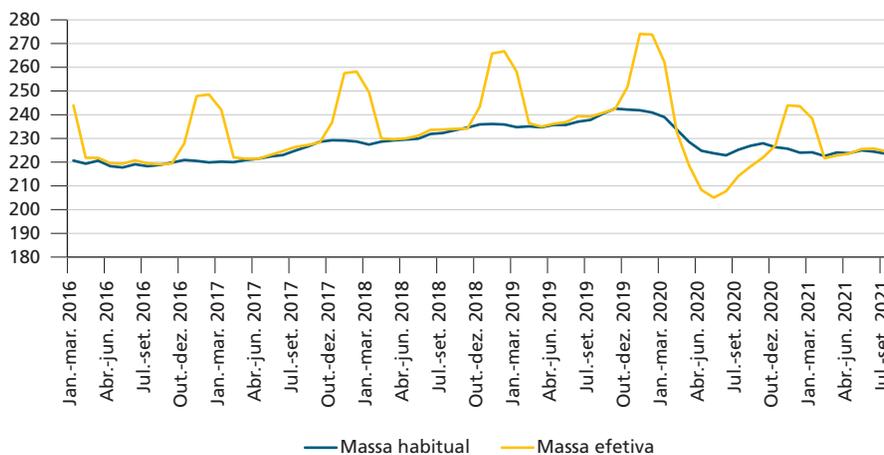
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, enquanto se obtinha um relativo aumento dos rendimentos habituais médios observados nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual, resultado que é o oposto do observado em 2019, em que a elevação da população ocupada elevava a massa salarial, apesar da estagnação da renda média. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,6%. Desde então, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, no segundo trimestre de 2021, quando os rendimentos habituais médios apresentaram forte queda, a massa habitual caiu apenas 0,5% (somando R\$ 223,7 bilhões, valor R\$ 1 bilhão menor que no ano anterior). No terceiro trimestre de 2021, a queda da massa habitual foi de 0,7% (somando R\$ 223,5 bilhões, valor R\$ 1,6 bilhão menor que no ano anterior).

GRÁFICO 4

Massa salarial real habitual e efetiva (1º trim. 2016-3º trim. 2021)

(Em R\$ 1 bilhão)

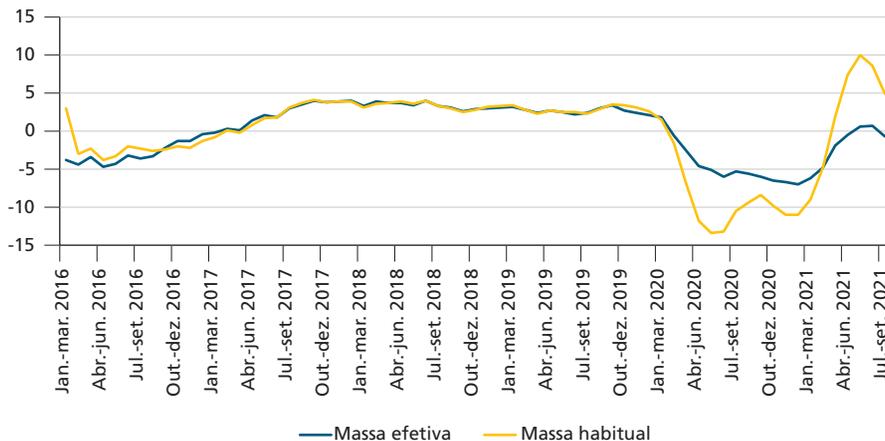


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5

Taxa de variação interanual da massa salarial real habitual e efetiva (1º trim. 2016-3º trim. 2021)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho. No terceiro trimestre de 2021, houve um crescimento de 4,9% (alcançando a soma de R\$ 224,6 bilhões, valor R\$ 10,4 bilhões maior que no ano anterior), mostrando uma parcial recuperação da população ocupada em comparação com o pior momento da pandemia no mercado de trabalho. Contudo, o gráfico 4 é claro em mostrar que a massa salarial encontra-se ainda bastante abaixo dos níveis de 2019.

2 RENDIMENTOS POR FAIXA DE RENDA E DESIGUALDADE SALARIAL

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice B, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento

na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, enquanto foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho. No terceiro trimestre de 2021, foram novamente os domicílios de renda alta os que obtiveram uma maior queda da renda habitual (5,14%), enquanto foram as faixas de renda baixa (faixa 2) e as de renda média-alta (faixa 5) as que apresentaram uma menor queda, 0,12% e 0,26%, respectivamente. Os domicílios de renda muito baixa também mostraram uma queda da renda habitual no último trimestre observado (2,94%).

TABELA 3
Rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda – PNAD Contínua
(Em %)

	Faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1ª trim. 2016	-2,30	1,74	1,44	0,38	1,14	1,65
2ª trim. 2016	-2,76	0,29	1,76	0,02	-0,17	-3,59
3ª trim. 2016	-2,96	-2,06	-0,19	0,28	0,32	-4,83
4ª trim. 2016	-1,58	-1,02	0,74	1,20	0,71	-1,00
1ª trim. 2017	-1,93	-1,64	-0,78	-1,30	-1,58	-4,82
2ª trim. 2017	4,71	2,70	-0,40	-0,67	2,05	4,39
3ª trim. 2017	4,96	2,40	-1,02	-0,58	2,23	9,24
4ª trim. 2017	5,32	1,89	-0,96	-0,71	2,38	6,98
1ª trim. 2018	4,70	2,96	-0,19	-0,48	1,76	8,18
2ª trim. 2018	-1,72	-1,14	-0,28	-0,56	-1,88	1,61
3ª trim. 2018	-2,45	-1,91	-0,83	-0,66	-2,95	1,44
4ª trim. 2018	0,10	0,15	1,80	4,65	2,26	1,80
1ª trim. 2019	0,32	0,41	2,14	4,91	2,64	1,62
2ª trim. 2019	-0,73	0,09	1,24	3,25	2,11	2,15
3ª trim. 2019	-0,11	0,73	2,27	4,49	2,99	0,34
4ª trim. 2019	-1,83	-1,06	-1,08	-1,85	-1,97	-1,67
1ª trim. 2020	-1,71	0,34	0,96	-1,49	-1,77	-3,27
2ª trim. 2020	3,57	-1,61	-1,06	-0,81	-1,20	-2,65
3ª trim. 2020	2,50	-2,23	-2,35	-2,13	-1,29	-1,83
4ª trim. 2020	-0,17	-0,74	-0,49	-2,18	-2,04	-6,99
1ª trim. 2021	-0,67	-3,44	-3,92	-2,76	-1,87	-2,25
2ª trim. 2021	-5,67	-0,76	-0,86	-2,80	-2,51	-6,80
3ª trim. 2021	-2,94	-0,12	-0,63	-1,12	-0,26	-5,14

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: 1. Deflator: Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

2. As faixas de renda são explicadas no quadro B.1, no apêndice B.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostra a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho em 2020 e 2021. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,35% no primeiro trimestre de 2020 para 28,55% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou uma estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, reforçando como havia sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho caiu para 24,5%; no terceiro trimestre, já se reduzira a 23,0%, aproximando-se dos patamares que se observava em 2019, antes da pandemia (cerca de 21,5%).

TABELA 4

Crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho – PNAD Contínua (2020 e 2021)

	Faixa de renda						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	
Painel A: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva (%)							
1ª trim. 2020	22,35	26,26	12,87	15,77	14,18	5,81	2,76
2ª trim. 2020	28,55	28,04	10,54	14,99	11,32	4,51	2,05
3ª trim. 2020	28,04	28,71	10,76	14,93	10,95	4,47	2,14
4ª trim. 2020	25,58	27,62	12,69	14,86	11,94	4,96	2,36
1ª trim. 2021	25,58	27,08	12,06	14,86	12,56	5,36	2,51
2ª trim. 2021	24,45	28,76	12,85	14,7	12,1	5,00	2,14
3ª trim. 2021	22,99	29,92	11,89	16,37	12	4,79	2,04
Painel B: crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho (%)							
1ª trim. 2020	–	-2,61	-0,02	0,50	-1,60	-1,71	-4,69
2ª trim. 2020	–	0,26	-1,97	-1,86	-1,19	-1,96	-5,09
3ª trim. 2020	–	0,77	-1,94	-2,28	-2,11	-1,51	-4,42
4ª trim. 2020	–	-1,10	-0,37	-0,32	-2,01	-2,28	-8,23
1ª trim. 2021	–	-0,75	-3,18	-3,51	-2,60	-1,90	-3,54
2ª trim. 2021	–	-3,07	-0,09	0,11	-2,18	-1,49	-2,87
3ª trim. 2021	–	-1,19	0,35	0,02	-0,02	1,00	-2,40

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

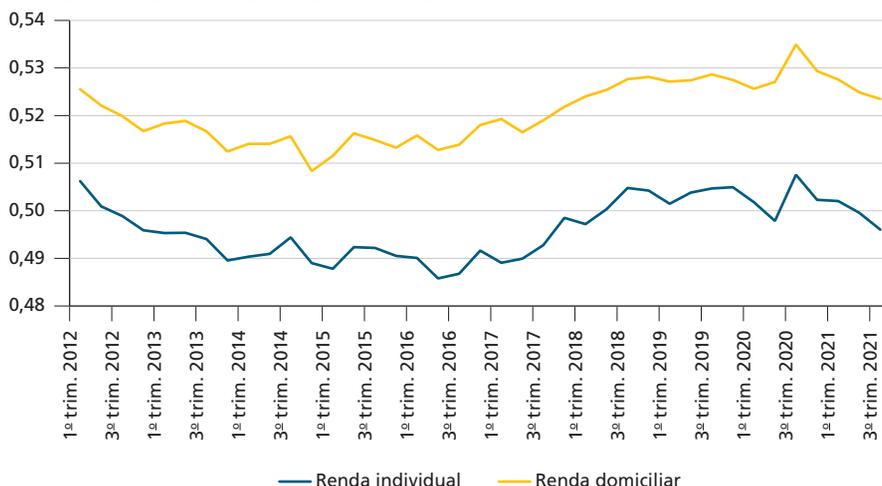
Houve também um aumento da proporção de domicílios nas faixas de renda muito baixa e média-baixa (faixas 1 e 3), além de uma diminuição da proporção nas demais faixas. No painel B da tabela 4, mostra-se que, assim como

a renda habitual, o desempenho da renda domiciliar efetiva foi pior nas faixas de renda alta e muito baixa, com quedas de 2,4% e 1,2%, respectivamente.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habituais. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,508 no quarto trimestre de 2014 para 0,535 no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486 no segundo trimestre de 2016 para 0,508 no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. No terceiro trimestre de 2021, houve novamente um pequeno recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,523 para a renda domiciliar. Analisando a desigualdade de acordo com a renda efetiva, a trajetória é semelhante.

De forma mais concreta, no terceiro trimestre de 2021, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver apêndice B) era 28,8 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor menor que no primeiro trimestre de 2021 (29,6), o que reflete a maior queda da renda entre os domicílios de renda mais alta observada na tabela 3 nos últimos dois trimestres.

GRÁFICO 6
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos: renda individual e domiciliar – índice de Gini



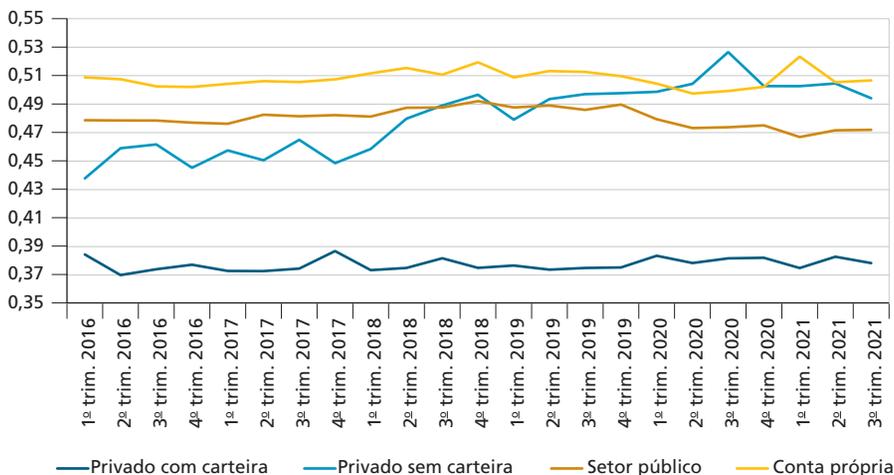
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados do gráfico 7 que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo revelam que a trajetória do Gini durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando

de 0,504 no primeiro trimestre de 2020 para 0,526 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse grupo em permanecerem no mercado de trabalho ao longo da pandemia. Os demais tipos de vínculo apresentaram relativa estabilidade ao longo de 2020, exceto no setor público, no qual a desigualdade se reduziu após o primeiro trimestre de 2021, fato que é explicado pela menor utilização de servidores temporários durante a pandemia (que são a maior parte de servidores sem carteira captados pela PNAD Contínua). Entretanto, o recuo da desigualdade no terceiro trimestre de 2021 foi causado pela queda da desigualdade entre os empregados no setor privado (com e sem carteira de trabalho assinada).

GRÁFICO 7

Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos por tipo de vínculo – índice de Gini



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 HORAS TRABALHADAS E AFASTAMENTO DO TRABALHO

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos: também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. Assim como no caso da renda, a relação entre as horas habitual e efetivamente trabalhadas possuem uma relação bastante estável. As horas habitualmente trabalhadas têm, nos últimos anos, oscilado em torno de 39,5 horas semanais, e as horas efetivamente trabalhadas situam-se em torno de 38 horas semanais (cerca de 96% das horas habituais), exceto no primeiro trimestre, quando a proporção de trabalhadores

afastados por férias é maior (ver tabela A.4, no apêndice A), e, portanto, a média das horas efetivamente trabalhadas é um pouco menor.

A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas, que, durante 2020, mantiveram-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, conforme se nota na tabela 5, que mostra a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo para 2019 e 2020. A tabela revela que, no segundo trimestre de 2020, as horas efetivas alcançaram apenas 78,0% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73,0%) e entre trabalhadores do setor público sem carteira (72,0%). No terceiro trimestre já se observa uma recuperação das horas efetivas, que atingiu 92,0% das habituais (ou 36,2 horas). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostra diferenças significativas. Por sua vez, os dados de 2021 mostram que as horas efetivamente trabalhadas não foram afetadas pela segunda onda da pandemia, pois a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas se encontra no mesmo nível dos primeiros trimestres de 2019 e superior aos mesmos trimestres de 2020. A tabela A.3, no apêndice A, mostra a razão entre as horas efetivas e habituais para diferentes grupos demográficos.

TABELA 5

Razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo – PNAD Contínua (2019-2021)

	2019				2020				2021		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Brasil	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,96	0,96	0,97
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96	0,96	0,97	0,97
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,76	0,89	0,92	0,92	0,95	0,96
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,93	0,83	0,76	0,89	0,93	0,92	0,97	0,96
Público informal	0,91	0,95	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,93	0,94	0,97	0,98
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98
Conta própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94	0,93	0,95	0,96

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. Se considerarmos apenas os ocupados que não estavam afastados, a razão entre as horas efetiva e

habitualmente trabalhadas seria, no segundo trimestre de 2020, de 91,8%, valor significativamente menor que os 97,9% observados para o mesmo grupo no ano anterior, porém uma diferença bastante menos pronunciada que a observada na tabela 5. A tabela 6 mostra a proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo em 2019 e 2021.

A tabela 6 já detecta um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 15,9% dos trabalhadores, afetando mais de 13 milhões de pessoas. Além do setor público, foram os trabalhadores por conta própria e os empregados privados sem carteira os mais atingidos. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, resultado que foi mantido nos primeiros trimestres de 2021, confirmando que a segunda onda da covid-19 não causou um novo aumento do afastamento do trabalho.

TABELA 6
Proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo – PNAD Contínua (2019-2021)

	2019				2020				2021		
	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.
Brasil	3,84	2,05	2,57	2,53	6,62	15,88	4,18	2,72	3,31	2,27	1,99
Privado com carteira	4,04	2,54	3,11	3,04	6,47	14,64	4,65	3,25	3,62	2,89	2,64
Privado sem carteira	2,23	1,31	1,3	1,64	5,11	16,79	3,04	1,69	1,84	1,54	1,17
Estatuário/militar	9,05	3,5	5,72	4,8	12,62	19,83	7,76	5,38	6,73	3,51	4,02
Público CLT	7,58	2,57	5,88	4,81	12,89	17,05	5,22	3,21	5,7	2,86	3,95
Público sem carteira	6,83	2,05	4,16	3,5	11,54	24,7	7,43	4,35	4,81	2,02	1,83
Empregador	2,67	1,04	1,25	1,65	5,98	11,75	2,01	1,64	2,59	1,64	0,62
Conta própria	2,97	1,7	1,75	1,82	5,71	16,78	3,18	1,87	2,68	1,7	1,26

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Além disso, como mostra a tabela A.4, no apêndice A, que reporta o motivo do afastamento, a pandemia deixa de ser a maior causa do afastamento do trabalho. No terceiro trimestre de 2021, o maior motivo do afastamento eram as férias e licenças por motivo de saúde. Contudo, outros motivos, que captam todos os motivos de afastamento não especificados e, portanto, os causados pela pandemia, ainda se encontram em patamares acima do que se observava antes de 2020, de acordo com a PNAD Contínua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da PNAD Contínua revelaram que, no terceiro trimestre de 2021, as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do trabalho não tiveram variações significativas – contudo, foi observada uma deterioração dos rendimentos. Em que pese a diferença entre a renda efetiva e habitual do trabalho já não se apresentar significativa, o trimestre apresentou forte queda da renda habitual e efetiva. Apesar de parte desse resultado ser consequência do retorno de trabalhadores menos qualificados ao mercado de trabalho, tanto as rendas efetivas quanto a habitual ainda estão abaixo dos níveis anteriores à pandemia, havendo uma queda da renda em comparação com o terceiro trimestre de 2019.

Os dados da PNAD Contínua apresentam, em linhas gerais, o mesmo quadro da PNAD Covid-19: um forte impacto inicial da pandemia e uma lenta recuperação, que ainda se encontrava incompleta (especialmente se considerarmos também as informações sobre o nível de ocupação) ao final de 2020, quando o país foi atingido pelo início da segunda onda da covid-19. No terceiro trimestre de 2021, como mostra a redução da proporção de domicílios sem renda do trabalho, o nível de ocupação começa a se aproximar mais dos níveis anteriores à pandemia, mas isso ocorre com um nível de renda médio menor.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Rendimento médio habitual real por faixa de renda – PNAD Contínua (1º trim. 2012-3º trim. 2021)
 (Em R\$)¹

	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1ª trim. 2012	890,4	1.396,3	1.783,6	2.839,5	5.617,8	14.157,6
2ª trim. 2012	891,0	1.408,6	1.794,2	2.846,0	5.696,2	13.961,1
3ª trim. 2012	897,1	1.393,3	1.783,5	2.827,1	5.605,2	14.303,8
4ª trim. 2012	903,3	1.384,4	1.793,7	2.846,1	5.641,2	14.222,4
1ª trim. 2013	909,5	1.414,1	1.826,9	2.869,0	5.718,1	14.532,3
2ª trim. 2013	907,6	1.420,4	1.824,6	2.843,6	5.655,4	14.563,1
3ª trim. 2013	914,9	1.412,4	1.829,3	2.836,2	5.606,5	14.434,7
4ª trim. 2013	901,7	1.408,5	1.835,5	2.850,9	5.545,9	13.859,4
1ª trim. 2014	972,8	1.437,2	1.931,5	2.909,4	5.767,3	14.483,4
2ª trim. 2014	955,3	1.426,9	1.921,8	2.880,8	5.723,7	14.471,1
3ª trim. 2014	946,1	1.427,0	1.905,5	2.880,4	5.651,2	14.644,1
4ª trim. 2014	946,8	1.427,2	1.888,4	2.896,8	5.725,3	14.320,7
1ª trim. 2015	945,4	1.435,3	1.900,5	2.887,4	5.752,8	14.691,7
2ª trim. 2015	941,6	1.397,3	1.890,6	2.916,1	5.786,2	15.221,5
3ª trim. 2015	930,2	1.500,1	1.838,1	2.913,0	5.788,3	14.911,5
4ª trim. 2015	902,1	1.478,0	1.823,7	2.885,4	5.715,6	14.703,5
1ª trim. 2016	913,5	1.478,8	1.878,5	2.944,7	5.895,6	14.905,7
2ª trim. 2016	902,0	1.470,0	1.864,7	2.934,8	5.904,9	14.434,5
3ª trim. 2016	902,9	1.474,9	1.884,4	2.915,3	5.887,6	14.354,5
4ª trim. 2016	893,4	1.471,7	1.881,1	2.935,7	5.813,1	14.557,1
1ª trim. 2017	906,5	1.501,4	1.879,0	2.939,6	5.834,4	14.549,7
2ª trim. 2017	955,2	1.457,4	1.869,9	2.934,5	6.099,0	15.063,6
3ª trim. 2017	950,6	1.441,0	1.868,6	2.918,1	6.043,4	15.175,7
4ª trim. 2017	939,9	1.435,9	1.860,1	2.912,6	6.038,1	15.456,5
1ª trim. 2018	944,9	1.465,3	1.876,6	2.940,0	6.008,6	15.190,8

(Continua)

(Continuação)

	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2ª trim. 2018	932,0	1.456,1	1.872,8	2.932,5	6.075,9	15.228,8
3ª trim. 2018	916,9	1.430,4	1.847,6	2.919,5	5.947,4	15.702,7
4ª trim. 2018	933,7	1.426,8	1.928,2	3.029,6	6.019,9	15.664,3
1ª trim. 2019	940,8	1.458,0	1.945,1	3.036,6	6.090,5	15.791,0
2ª trim. 2019	918,0	1.427,7	1.914,2	2.964,8	6.014,7	15.865,7
3ª trim. 2019	913,0	1.426,4	1.915,3	2.980,0	6.017,8	15.728,6
4ª trim. 2019	915,4	1.418,8	1.907,0	2.954,3	5.930,2	15.934,3
1ª trim. 2020	927,2	1.519,4	1.916,6	2.992,0	6.010,7	15.685,9
2ª trim. 2020	984,8	1.512,0	2.022,2	3.116,9	6.228,0	15.895,9
3ª trim. 2020	974,8	1.497,6	2.003,7	3.083,3	6.334,6	16.030,8
4ª trim. 2020	938,9	1.530,3	1.922,2	3.006,6	6.076,5	15.000,1
1ª trim. 2021	936,4	1.505,7	1.910,2	3.034,7	6.087,2	15.695,0
2ª trim. 2021	915,9	1.476,3	1.886,4	2.974,5	6.004,3	14.887,7
3ª trim. 2021	912,8	1.421,6	1.847,9	2.931,1	5.865,1	14.907,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2021.

TABELA A.2

Rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda – PNAD Contínua (1º trim. 2012-3º trim. 2021)
(Em R\$)¹

	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1ª trim. 2012	1.057,3	2.288,1	3.563,9	6.303,8	12.442,8	30.591,9
2ª trim. 2012	1.055,9	2.290,0	3.583,6	6.312,4	12.473,1	30.572,6
3ª trim. 2012	1.056,6	2.265,6	3.552,3	6.275,1	12.352,3	31.068,3
4ª trim. 2012	1.062,8	2.261,4	3.523,5	6.245,8	12.468,5	31.086,6
1ª trim. 2013	1.062,3	2.267,4	3.556,1	6.241,5	12.397,1	31.082,9
2ª trim. 2013	1.059,0	2.256,5	3.537,3	6.223,9	12.340,4	31.249,1
3ª trim. 2013	1.065,4	2.240,7	3.520,7	6.189,7	12.295,7	30.731,9
4ª trim. 2013,4	1.052,5	2.218,0	3.499,9	6.188,5	12.222,9	29.938,3
1ª trim. 2014	1.119,2	2.318,7	3.620,3	6.466,1	12.746,3	30.829,9
2ª trim. 2014	1.105,5	2.294,4	3.582,9	6.392,2	12.587,1	30.968,1
3ª trim. 2014	1.099,0	2.280,1	3.562,6	6.352,4	12.503,1	30.870,3
4ª trim. 2014	1.096,9	2.260,3	3.542,8	6.340,7	12.465,2	30.123,9
1ª trim. 2015	1.086,9	2.243,1	3.525,6	6.289,0	12.279,8	30.555,7
2ª trim. 2015	1.083,9	2.251,9	3.498,1	6.289,0	12.405,5	31.213,2
3ª trim. 2015	1.078,3	2.308,8	3.581,4	6.234,1	12.287,9	30.578,8
4ª trim. 2015	1.053,1	2.275,3	3.544,3	6.195,4	12.170,9	30.251,5
1ª trim. 2016	1.061,9	2.282,2	3.576,3	6.313,1	12.419,3	31.061,1
2ª trim. 2016	1.054,0	2.258,4	3.559,8	6.290,4	12.384,7	30.092,0
3ª trim. 2016	1.046,3	2.261,4	3.574,6	6.251,5	12.327,0	29.101,9
4ª trim. 2016	1.036,5	2.251,9	3.570,3	6.269,8	12.257,7	29.948,5
1ª trim. 2017	1.041,4	2.244,8	3.548,5	6.230,9	12.223,5	29.565,4
2ª trim. 2017	1.103,7	2.319,3	3.545,6	6.248,2	12.638,1	31.414,1
3ª trim. 2017	1.098,2	2.315,7	3.538,1	6.215,3	12.602,0	31.791,7
4ª trim. 2017	1.091,7	2.294,5	3.536,2	6.225,5	12.549,2	32.037,8
1ª trim. 2018	1.090,4	2.311,2	3.541,7	6.200,8	12.438,8	31.982,8
2ª trim. 2018	1.084,7	2.292,9	3.535,7	6.213,3	12.400,6	31.920,1
3ª trim. 2018	1.071,3	2.271,5	3.508,8	6.174,6	12.230,2	32.248,7
4ª trim. 2018	1.092,8	2.297,8	3.599,8	6.514,9	12.832,7	32.616,0

(Continua)

(Continuação)

	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1ª trim. 2019	1.093,9	2.320,8	3.617,4	6.505,0	12.767,3	32.500,5
2ª trim. 2019	1.076,7	2.294,9	3.579,7	6.414,9	12.662,9	32.605,3
3ª trim. 2019	1.070,1	2.288,0	3.588,5	6.451,6	12.596,5	32.357,9
4ª trim. 2019	1.072,8	2.273,4	3.561,0	6.394,1	12.580,1	32.072,4
1ª trim. 2020	1.075,3	2.328,5	3.652,3	6.408,0	12.541,4	31.439,1
2ª trim. 2020	1.115,1	2.258,1	3.541,9	6.363,1	12.510,5	31.740,5
3ª trim. 2020	1.096,8	2.237,0	3.504,3	6.314,5	12.433,4	31.764,7
4ª trim. 2020	1.071,0	2.256,6	3.543,6	6.255,0	12.323,8	29.829,2
1ª trim. 2021	1.068,1	2.248,5	3.509,0	6.230,9	12.307,1	30.731,9
2ª trim. 2021	1.051,9	2.240,8	3.511,3	6.185,0	12.196,7	29.583,3
3ª trim. 2021	1.064,6	2.234,4	3.482,3	6.243,9	12.400,9	30.132,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2021.

TABELA A.3

**Razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por grupo demográfico – PNAD
Contínua (2019-2021)**

	2019				2020				2021		
	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.
Centro-Oeste	0,94	0,96	0,97	0,96	0,93	0,84	0,94	0,96	0,96	0,97	0,98
Nordeste	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,75	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Norte	0,96	0,97	0,97	0,97	0,93	0,79	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98
Sudeste	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,76	0,91	0,94	0,94	0,95	0,97
Sul	0,94	0,97	0,97	0,97	0,90	0,83	0,92	0,95	0,95	0,97	0,97
Masculino	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,96	0,96	0,97	0,97
Feminino	0,93	0,95	0,96	0,96	0,88	0,73	0,90	0,93	0,93	0,95	0,96
14 a 24 anos	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,80	0,94	0,96	0,97	0,97	0,98
25 a 39 anos	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
40 a 59 anos	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,77	0,91	0,94	0,94	0,96	0,97
60 anos ou mais	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,68	0,88	0,92	0,92	0,94	0,95
Não chefe de família	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Chefe de família	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,78	0,91	0,94	0,94	0,96	0,96
Fundamental incompleto	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,79	0,92	0,95	0,95	0,96	0,96
Fundamental completo	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Médio incompleto	0,95	0,96	0,97	0,97	0,92	0,79	0,93	0,96	0,95	0,96	0,97
Médio completo	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,77	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Superior	0,92	0,96	0,96	0,95	0,88	0,78	0,92	0,94	0,94	0,97	0,97
Não região metropolitana	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Região metropolitana	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,75	0,91	0,95	0,94	0,96	0,97

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4
Motivo do afastamento do trabalho – PNAD Contínua (2019-2021)
 (Em %)

	2019				2020				2021		
	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	63,33	31,83	45,11	50,18	43,24	8,05	8,37	16,18	25,97	14,19	22,94
Licença maternidade ou paternidade	6,39	13,24	11,69	10,3	3,76	2,28	4,85	6,78	6,63	9,11	12,13
Licença remunerada por motivo de saúde	15,6	30,04	24,81	22,88	9,97	4,96	10,39	16,16	16,66	24,05	28,57
Outro tipo de licença remunerada	1,17	1,63	1,74	1,67	3,86	8,98	9,78	7,49	4,96	4,42	2,93
Afastamento do próprio negócio	6,27	11,74	8,93	7	4,25	3,82	5,93	8,7	8,48	12,01	11,89
Fatores ocasionais	2,5	4,44	2,35	2,48	7,88	6,79	3,52	3,54	2,85	3,82	3,61
Outro motivo	4,74	7,08	5,38	5,5	27,04	65,11	57,15	41,16	34,45	32,4	17,93

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

APÊNDICE B

O quadro B.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, com isso, obtêm-se as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro B.1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO B.1
Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar ¹	Renda domiciliar ²
1. Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2. Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3. Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4. Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5. Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6. Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Em valores de janeiro de 2009.

² Em valores de maio de 2020.

O quadro B.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, o aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO B.2
Domicílios por faixas de renda (do trabalho)
(Em %)

Faixa de renda	1º trimestre 2018	1º trimestre 2019	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020
0. Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1. Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2. Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3. Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4. Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5. Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6. Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

